

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis da FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como as Notas Explicativas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, atendendo as determinações do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Ambiente Econômico

A estabilidade dos preços e da economia levou o BACEN a uma redução na taxa básica de juros, com perspectivas favoráveis para a sua manutenção nestes níveis nos próximos períodos.

O ritmo da atividade econômica neste exercício foi aquém do esperado, porém com os estímulos dados pelo governo permitirão um ritmo maior de crescimento ao longo de 2013.

Resultado do Exercício e Dividendos

O lucro líquido da empresa no exercício atingiu R\$ 1.394 mil, correspondendo a uma rentabilidade de 7,53% sobre o patrimônio líquido inicial. Esse resultado foi possível pelo bom desempenho operacional e pelo ganho na venda de investimentos do ativo permanente.

Neste exercício foi creditado R\$ 0,55 por ação no valor de R\$ 502 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), o qual será imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei n° 6.404/76, conforme previsto no art. 9° da Lei n.º 9.249/95. Do valor dos JCP R\$ 0,40 por ação, no montante de R\$ 366 mil, foram referentes ao 1° semestre e pago aos acionistas em 30.07.2012. O saldo dos JCP R\$ 0,15 por ação, no montante de R\$ 137 mil relativo ao 2° semestre será pago até 28 de fevereiro de 2013. Os valores creditados a título de JCP sofrerão incidência de imposto de renda retido na fonte (IRRF) à alíquota de 15%.

Ativos e Outras Operações

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, representados por Cotas de Fundos de Investimento, cuja carteira é composta com 50% no mínimo em Títulos Públicos Federais, e de ações de Companhia Aberta.

Em atendimento à Instrução CVM N° 381/03, esclarecemos que os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa no período.

Atendendo as Resoluções N° 3.380 e 3.464 do BACEN, informamos que foi criada, respectivamente, a estrutura de gerenciamento do risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez, sendo efetivamente implementadas, através de ferramentas específicas para a identificação e o monitoramento dos riscos, cujo relatório anual sobre a gestão de riscos se encontra à disposição na sede da empresa. A metodologia de cálculo adotada para o cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido relativo ao risco operacional é “Abordagem do Indicador Básico” (Resolução N° 3.490 e Circular N° 3.383).

Considerações Finais

Manifestamos nosso reconhecimento pela preferência e confiança que nossos clientes e acionistas sempre nos têm dispensado e aos nossos funcionários pelo apoio e empenho demonstrados.

Novo Hamburgo, 31 de janeiro de 2013.

Conselho de Administração e Diretoria

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

ATIVO	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	25.059	19.031
DISPONIBILIDADES	305	217
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6.341	2.868
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	6.341	2.868
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.089	2.234
Carteira Própria	5.089	2.234
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.294	13.683
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	14.965	15.090
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(1.671)	(1.407)
OUTROS CRÉDITOS	0	8
Impostos e Contribuições a Compensar	0	8
OUTROS VALORES E BENS	30	21
Outros Valores e Bens	12	12
Despesas Antecipadas	18	9
NÃO CIRCULANTE	5.327	5.504
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.993	3.866
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.502	2.713
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	2.587	2.872
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(85)	(159)
OUTROS CRÉDITOS	1.491	1.153
Créditos Tributários	1.423	931
Devedores por Dep. em Garantia	55	208
Opções p/Incentivos Fiscais	13	14
PERMANENTE	1.334	1.638
INVESTIMENTOS	21	301
Investimentos por Incentivos Fiscais	10	10
Ações e Cotas	9	289
Outros Investimentos	2	2
IMOBILIZADO DE USO	1.313	1.337
Imóveis de Uso	2.055	2.055
Outras Imobilizações de Uso	961	927
Depreciações Acumuladas	(1.703)	(1.645)
TOTAL	30.386	24.535

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

PASSIVO	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	6.807	5.646
RECURSOS DE ACEITES E EMISS. DE TÍTULOS	5.140	4.280
Recursos de Aceites Cambiais	5.140	4.280
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.667	1.366
Cobrança e Arrec. de Tributos	10	12
Sociais e Estatutárias	170	155
Fiscais e Previdenciárias	697	176
Provisão p/Pagamentos a Efetuar	591	753
Prov. para Passivos Contingentes	55	209
Diversas	144	61
NÃO CIRCULANTE	1.794	368
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.794	368
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.794	368
Fiscais e Previdenciárias	1.794	368
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.785	18.521
CAPITAL		
Ações Ordinárias - País	12.351	12.351
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	677	697
RESERVAS DE LUCROS	6.599	5.473
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.158	0
TOTAL	30.386	24.535

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Pela Legislação Societária

	01.07.2012	01.01.2012	01.01.2011
	a	a	a
	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.300	6.853	6.395
Operações de Crédito	2.962	6.256	5.800
Resultado de Operaç. Com.Tít. e Val. Mobil.	338	597	595
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(715)	(2.286)	(1.241)
Operações de Captação no Mercado	(175)	(362)	(476)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(540)	(1.924)	(765)
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	2.585	4.567	5.154
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2.274)	(4.413)	(4.265)
Receitas de Tarifas Bancárias	235	439	424
Despesas de Pessoal	(1.754)	(3.333)	(3.052)
Outras Despesas Administrativas	(542)	(1.091)	(1.118)
Despesas Tributárias	(155)	(313)	(418)
Outras Receitas Operacionais	19	32	28
Outras Despesas Operacionais	(77)	(147)	(129)
RESULTADO OPERACIONAL	311	154	889
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	8	1.588	227
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	319	1.742	1.116
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(117)	(272)	(426)
Provisão Para Imposto de Renda	(70)	(418)	(262)
Provisão Para Contribuição Social	(47)	(255)	(164)
Ativo Fiscal Diferido	0	401	0
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(25)	(76)	(59)
LUCRO LÍQUIDO	177	1.394	631
LUCRO POR AÇÃO EM R\$	0,19	1,53	0,69

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pela Legislação Societária

R\$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGEN- TES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL	RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA
			LEGAL	ESPECIAL				
PERÍODO DE 01.07.2012 A 31.12.2012								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	687	348	6.139	2.121	0	21.646	0
OUTROS EVENTOS	-	(10)	-	-	-	17	7	7
Realização de Res. de Reavaliação	-	(17)	-	-	-	17	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	7	-	-	-	-	7	7
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	37	-	37	37
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	177	177	177
DESTINAÇÕES	-	-	5	107	-	(194)	(82)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(137)	(137)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	55	55	-
Reservas	-	-	5	107	-	(112)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	677	353	6.246	2.158	0	21.785	221
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(10)	5	107	37	0	139	221
PERÍODO DE 01.01.2012 A 31.12.2012								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	697	298	5.175	0	0	18.521	0
OUTROS EVENTOS	-	(20)	-	-	-	33	13	13
Realização de Res. de Reavaliação	-	(33)	-	-	-	33	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	13	-	-	-	-	13	13
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	2.158	-	2.158	2.158
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	1.394	1.394	1.394
DESTINAÇÕES	-	-	55	1.071	-	(1.427)	(301)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(502)	(502)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	201	201	-
Reservas	-	-	55	1.071	-	(1.126)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	677	353	6.246	2.158	0	21.785	3.565
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(20)	55	1.071	2.158	0	3.264	3.565
PERÍODO DE 01.01.2011 A 31.12.2011								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	718	285	4.906	0	0	18.260	0
OUTROS EVENTOS	-	(21)	-	-	-	35	14	14
Realização de Res. de Reavaliação	-	(35)	-	-	-	35	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	14	-	-	-	-	14	14
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	631	631	631
DESTINAÇÕES	-	-	13	269	-	(666)	(384)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(640)	(640)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	256	256	-
Reservas	-	-	13	269	-	(282)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	697	298	5.175	0	0	18.521	645
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(21)	13	269	-	0	261	645

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Pela Legislação Societária

	01.07.2012	01.01.2012	01.01.2011
	a	a	a
	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	177	1.394	631
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM O CAIXA:	92	276	332
Depreciações e Amortizações	30	62	62
Efeito Tributário s/Juro s/Capital Próprio	55	201	256
Impostos e Contribuições s/Res. de Reavaliação	7	13	14
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	(664)	(6.068)	800
(Aumento) Diminuição das Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	(1.212)	(3.473)	2.157
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	1.301	(2.855)	(882)
(Aumento) Diminuição de Operações de Crédito	(894)	599	(478)
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	150	(330)	7
(Aumento) Diminuição de Outros Valores e Bens	(9)	(9)	(4)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	(342)	1.727	(431)
Aumento de Outras Obrigações	(342)	1.727	(431)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(737)	(2.671)	1.332
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Investimentos	0	280	0
Alienação de Imobilizado de Uso	2	3	0
Aplicação Imobilizado de Uso	(39)	(41)	(8)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(37)	242	(8)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Diminuição) de Aceites Cambiais	865	860	(678)
Juros sobre Capital Próprio	(137)	(502)	(640)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	37	2.158	0
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	765	2.516	(1.318)
EFEITOS DA OSCILAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	313	217	211
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	304	304	217
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9)	87	6

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Pela Legislação Societária

	01.07.2012	01.01.2012	01.01.2011
	a	a	a
	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
RECEITAS	3.021	6.989	6.309
Receitas da Intermediação Financeira	3.300	6.853	6.395
Receitas de Prestação de Serviços	235	439	424
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(540)	(1.924)	(765)
Outras Receitas	26	1.621	255
DESPESAS DA INTERMEIDÇÃO FINANCEIRA	(175)	(362)	(477)
INSUMOS DE TERCEIROS	(588)	(1.178)	(1.184)
Materiais, Energia e Outros	(477)	(932)	(899)
Serviços de Terceiros	(105)	(235)	(277)
Outros	(6)	(11)	(8)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.258	5.449	4.648
RETENÇÕES	(30)	(62)	(62)
Depreciações e Amortizações	(30)	(62)	(62)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	2.228	5.387	4.586
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.228	5.387	4.586
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL	1.464	2.821	2.563
Remuneração Direta	1.222	2.364	2.151
Benefícios	155	296	265
FGTS	87	161	147
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	587	1.172	1.392
Federais	576	1.145	1.363
Municipais	11	27	29
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	177	1.394	631
Juros Sobre Capital Próprio	82	301	384
Reinvestimentos de Lucros	95	1.093	247
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.228	5.387	4.586

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com normas e padrões aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e, com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão sendo apresentadas segundo os modelos definidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pelo BACEN, na forma da Legislação Societária, tendo em vista que a Lei N.º 9.249, de 26.12.95, através dos seus artigos 4º e 5º, extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, tanto para efeitos fiscais, quanto para fins societários.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na contabilização das operações e na elaboração das demonstrações foram as seguintes:

- a) as receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência e refletem valores nominais;
- b) as depreciações e amortizações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais são as seguintes: Imóveis 1,66%; Instalações, Móveis e Utensílios, Sistema de Comunicação e de Transportes, 10%; Sistemas de Processamento de Dados e Gastos de Organização e Expansão, 20%;
- c) a provisão para o imposto de renda é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional previsto na legislação, e a contribuição social, a alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustadas pela realização do crédito tributário;
- d) as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, são demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias incorridas, e deduzindo as correspondentes rendas a apropriar;
- e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das garantias e riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.
- f) as contas do Passivo Circulante são demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.
- g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”) – O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Em 31 de dezembro de 2012 não existem indícios da necessidade de redução de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, Cotas de Fundos de Investimento, cuja carteira é composta com 50% no mínimo em Títulos Públicos Federais e de ações de Companhia Aberta que se encontram atualizados pelo valor da cota e/ou pelo valor médio de negociação no último dia do mês;

4 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de operações de crédito por tipo de cliente e atividade econômica, em 31.12.2012, demonstramos a seguir em R\$ mil:

NÍVEIS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	PESSOAS FÍSICAS	TOTAL
OPERAÇÕES	DE CRÉDITO	NORMAL			
AA	-	66	-	104	170
A	776	1.269	2.693	4.275	9.013
B	759	178	1.231	88	2.256
C	503	285	234	316	1.338
D	1.598	158	-	123	1.879
E	-	-	-	125	125
G	-	-	-	8	8
OPERAÇÕES	VENCIDAS				
B	-	-	69	255	324
C	216	49	-	389	654
D	125	-	-	136	261
E	-	-	-	119	119
F	-	-	-	79	79
G	-	-	-	107	107
H	-	892	55	272	1.219
TOTAL	3.977	2.897	4.282	6.396	17.552

5 - CRÉDITOS BAIXADOS EM PROVISÃO

O montante de créditos baixados, contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o exercício foi de R\$ 1.735 mil (R\$ 509 mil em 2011), tendo sido recuperados R\$ 807 mil (R\$ 270 mil em 2011).

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre de diferenças entre os critérios estabelecidos pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, para o reconhecimento de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como, de provisões para possíveis perdas em ações trabalhistas.

7 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R\$ 12.351 mil representado por 913.778 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

8 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O saldo inicial e final de Outros Resultados Abrangentes corresponde ao saldo da Reserva de Reavaliação.

9 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Está representado pelo lucro na venda de Ações mantidas no Permanente Investimentos e Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos de pessoa jurídica.

10 - DIVIDENDO

O Estatuto Social da empresa prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo proposto demonstrado em R\$ mil:

DISCRIMINAÇÃO	2012	2011
Lucro Líquido	1.394	631
Realização de Reserva de Reavaliação	33	33
(-) Reserva Legal constituída	55	12
Base de Cálculo do dividendo	1.372	652
Dividendo proposto (juros líquido de IR)	427	544
Percentual do dividendo	31,12	83,44
Número de ações com direito a dividendo	913.778	913.778
Dividendo por ação em R\$	0,47	0,59

Os dividendos propostos foram creditados aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no art. 9º da Lei N° 9.249/95.

11 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Atendendo determinação da Circular N.º 2.739/97 do BACEN, os efeitos dos juros sobre o capital próprio, calculados conforme Artigo 9º da Lei N° 9.249/95, foram reclassificados para Lucros Acumulados, conforme abaixo em R\$ mil:

	2012	2011
Resultado Líquido	1.394	631
Juros s/Capital Próprio	(502)	(640)
Efeito Tributário s/Juros	201	256
	----	----
Resultado Líquido Ajustado	1.093	247

12 - SEGUROS CONTRATADOS

A empresa mantém contratos de seguro em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos, conforme discriminação abaixo em R\$ mil:

ESPÉCIE	OBJETO	2012	2011
Incêndio	Imóveis, Instal., Mów. e Equip. etc.	3.500	3.500
Automóvel	Veículos	58	58
Roubo	Máquinas e Equipamentos	35	35
R. Diversos	Imóveis e R. Civil	759	759

13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações de captação com outras partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volumes de operação, são as seguintes em R\$ mil:

	2012			2011	
	PASSIVO	DESPESAS		PASSIVO	DESPESAS
		SEMESTRE	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO
CAME - PARTICIPAÇÕES LTDA.					
Recursos de Aceites Cambiais	77	2	6	108	5
PESSOAS FÍSICAS					
Recursos de Aceites Cambiais	2.694	112	260	2.665	154

As captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxa média de 95% do CDI.

14 – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A aplicação das disposições da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, também levando em consideração os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na elaboração das demonstrações contábeis não produziu qualquer impacto no resultado do exercício da instituição.

A empresa optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização por depreciação ou alienação, cujos efeitos na base de cálculo dos dividendos estão descritos na nota explicativa nº 10.

Com a adoção do CPC 13 em 1 de janeiro de 2008, a Companhia optou por manter os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido até a sua completa amortização.

A estrutura de controle dos riscos de mercado, operacional, de crédito e de liquidez, encontra-se efetivamente implementada, através de ferramentas específicas para identificação e monitoramento dos riscos, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas. Os Diretores responsáveis pela gestão de riscos, juntamente com os demais gestores que suportam os comitês de riscos, analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

GILBERTO LAMPERT	GILDO LAMPERT	ROBERTO CARDOSO	MAURO ELAR FERRARI
Diretor Presidente	Diretor	Diretor e de Relações com Investidores	Contador CRC-RS Nº 43.340 CPF Nº 215.545.600-04

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, atendendo preceitos legais e estatutários, após examinarem os documentos referentes ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como o Relatório da Administração e as respectivas demonstrações financeiras, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, decidiram sua aprovação.

Novo Hamburgo, 31 de janeiro de 2013.

CARLOS MARIA MEINE
Presidente
CESAR AUGUSTO PERONI ODY

JOSÉ ADOLFO SELBACH
Vice Presidente
DANIELA ODY NEDEL

ITALO DALLA BARBA

MARIA HELENA ADAMS PEREZ

MARIA LUIZA ADAMS SANVITTO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da FINANSINOS S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2012

GILBERTO LAMPERT
Diretor Presidente

GILDO LAMPERT
Diretor

ROBERTO CARDOSO
Diretor e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Ilmos Srs.
Diretores da
Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
Novo Hamburgo - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

Outros Assuntos

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram em 19 de janeiro de 2012 o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras sem Ressalvas.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2013.

CARLOS ALFREDO MOG
Contador Responsável
CRCRS Nº 34.612

MBAUDIT – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 3.864